

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.515.873 - AL (2019/0157319-8)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
AGRAVANTE : ESTADO DE ALAGOAS
PROCURADOR : NADJA MARIA BARBOSA E OUTRO(S) - AL007169B
AGRAVADO : ROSEANE PEREIRA LIMA DOS SANTOS
AGRAVADO : JOSENIR MARIA LIMA COSTA
AGRAVADO : MARIA JOSE FRANCISCA OLIVEIRA ATANASIO
AGRAVADO : JOSITELMA LIRA SANTOS
AGRAVADO : IRACI PEDRO NECO DOS SANTOS OLIVEIRA
AGRAVADO : SONIA MARIA SILVA
AGRAVADO : SONIVALDO SOUZA DE SIQUEIRA
AGRAVADO : SOMAYA PEIXOTO DOS SANTOS
AGRAVADO : NADVANIA DOS SANTOS
AGRAVADO : LUCIA MARTINS DE SOUZA
AGRAVADO : ETNA DOS SANTOS SABINO
AGRAVADO : DENISE DE MELLO BAPTISTA
ADVOGADO : FELIPE LOPES DE AMARAL E OUTRO(S) - AL011299

DECISÃO

Trata-se de Agravo Interno, interposto pelo ESTADO DE ALAGOAS, contra decisão de minha lavra que, com fundamento no art. 253, II, a, do RISTJ, conheceu do agravo para não conhecer do Recurso Especial.

Com razão a parte recorrente, motivo pelo qual reconsidero a decisão ora impugnada.

Trata-se de Agravo, interposto pelo ESTADO DE ALAGOAS, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, que inadmitiu o Recurso Especial, interposto com base na alínea **a** do permissivo constitucional, contra acórdão assim ementado:

"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. DEFESA RESPALDADA NA OFENSA À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. INACOLHIMENTO. PAGAMENTO DAS VERBAS SALARIAIS DOS SERVIDORES DEVERIA ESTAR PREVISTO NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL. COMPATIBILIDADE DO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO COM O REGIME DE SUBSÍDIO. DIREITO SOCIAL DOS TRABALHADORES URBANOS E RURAIS EXTENSÍVEL AOS SERVIDORES PÚBLICOS. BASE DE CÁLCULO DO ADICIONAL. SUBSÍDIO DA CATEGORIA.

LEGALIDADE. UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA PELO PLENO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. OBSERVÂNCIA DOS PARÂMETROS ESTABELECIDOS PELA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA SEÇÃO ESPECIALIZADA CÍVEL DESTA CORTE.

01 - Não prospera a alegação de impossibilidade do pagamento das verbas pleiteadas, em razão da falta de previsão orçamentária, pois tal adimplemento não implica em aumento da despesa do Estado, uma vez que este gasto já deveria estar previsto na Lei Orçamentária.

02 - A Constituição Federal estabelece a percepção de remuneração dos servidores públicos pelo sistema de subsídios, que se dá por parcela única, englobando todas as vantagens remuneratórias que, porventura, fariam jus. Entretanto, tal fato não pode tolher os servidores públicos de outras garantias constitucionais previstas na Carta Maior, especificamente quanto aos direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais, retratados nos incisos de seu art. 7º, que são extensíveis aos servidores públicos, dentre eles a percepção de adicional de remuneração pelo exercício de atividades insalubres.

03 - Inexiste qualquer contrariedade ao posicionamento sumulado, uma vez que o Magistrado *a quo*, fazendo uma interpretação teleológica e sistemática do art. 73 da Lei Estadual nº 5.247/1991, que faz expressa menção ao pagamento do adicional com base no vencimento do cargo efetivo do servidor, e dos artigos 1º e 2º da Lei Estadual 6.772/2006, que prevê o pagamento do benefício com base de retribuição pecuniária mínima, paga sob a forma de subsídio pelo Poder Executivo, entendeu pela implantação do adicional de insalubridade tendo como base de cálculo o subsídio mínimo pago a categoria dos servidores/apelados, considerando que possuem legislação específica para implemento das suas remunerações.

04 - O Pleno deste Tribunal de Justiça, através do incidente de uniformização da sua jurisprudência (processo nº 0500356-82.2015.8.02.0000), deliberou pela aplicação do subsídio mínimo da respectiva categoria a que pertence o servidor público como base de cálculo para o adicional de insalubridade.

05 - De acordo com o que deliberou a Seção Especializada Cível desta Corte, a correção monetária deverá incidir a partir do efetivo prejuízo, isto é, o vencimento da obrigação, utilizando como parâmetro: a) o INPC-IBGE, com base no art. 1º do Provimento nº 10/2002 da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Alagoas, até 29/06/2009, data anterior à vigência da Lei nº 11.960/2009, que conferiu nova

redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997; b) pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança (TR), a partir da vigência da Lei nº 11.960/2009 (30/06/2009); por sua vez, os juros de mora deverão ser calculados a partir do inadimplemento, ou seja, o momento do efetivo prejuízo, no percentual de 6% (seis por cento) ao ano ou 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao mês, até 29/06/2009, data anterior à vigência da Lei nº 11.960/2009, que conferiu nova redação ao art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997; e, após a sua vigência, em 30/06/2009, com base no índice de juros aplicados à caderneta de poupança.

RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME" (fls. 384/385e).

Sustenta a parte agravante, nas razões do Recurso Especial, o seguinte:

"V - DAS RAZÕES MERITÓRIAS DO RECURSO - MORA DO DEVEDOR - CITAÇÃO - OFENSA AOS ARTIGOS 240 DO CPC/2015 E 405 DO CC/2002.

O Acórdão em comento decidiu pela modificação da sentença relativamente ao termo inicial de incidência dos juros de mora.

Com efeito, fixou como sendo do efetivo prejuízo da obrigação em notável ofensa ao artigo 240 do Código de Processo Civil de 2015 e artigo 405 do Código Civil Brasileiro. Senão vejamos:

(...)

Ao aplicar tal entendimento o douto Tribunal de Alagoas equivocou-se em conceituar a obrigação em comento como líquida, afinal nos termos legais a obrigação de pagar o adicional de insalubridade seria com base de cálculo o menor subsídio paga aos servidores estaduais e não da respectiva categoria como entendeu a citada Corte.

O caráter controvertido da base de cálculo do adicional afasta por si só qualquer liquidez da obrigação, violando veementemente os artigos 405 do Código Civil e 240 do Código de Processo Civil, por ser de fato a citação que constitui em mora o devedor.

Ademais, trata-se de valores que ensejam um cálculo para apuração de diferenças vencimentais, de fato, o Estado não estava em mora, apenas pagou de modo contrário ao entendimento firmado posteriormente pelo TJ de Alagoas, devendo tal diferença ser apurado, o que faste de igual modo o caráter líquido da obrigação.

(...)

Assim, verifica-se que o termo inicial de incidência de juros de mora deve ser a partir da citação e não do inadimplemento, permanecendo

com o entendimento do acórdão guerreado importara em latente violação ao disposto nos artigos 405 do Código Civil e 240 do Código de Processo Civil, o que merece retrato por parte desta Colenda Corte Superior de Justiça" (fls. 417/420e)

Requer, ao final, "seja admitido o presente RECURSO ESPECIAL e reconhecida a violação os artigos 240 do Código de Processo Civil e 405 do Código Civil, dando provimento ao presente recurso no sentido de reformar o Acórdão recorrido para determinar que os expurgos inflacionários contem da citação e não do suposto inadimplemento" (fls. 420e).

Foram apresentadas contrarrazões (fls. 426/437e).

Em juízo de retratação, nos termos do art. 1.030, II, do CPC, o Tribunal de origem afastou eventual divergência entre o acórdão recorrido e o decidido por esta Corte, relativamente à tese firmada pela sistemática dos recursos repetitivos – Tema 611 –, em acórdão assim sumariado:

APELAÇÃO CÍVEL JULGADA. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ESPECIAL. ENVIO DOS AUTOS PELA PRESIDÊNCIA DESTE SODALÍCIO PARA EVENTUAL JUÍZO DE RETRATAÇÃO. JULGAMENTO EM SUPOSTO DESACORDO COM O TEMA Nº 611 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INEXISTÊNCIA. ENTENDIMENTO DA CÂMARA CÍVEL DE QUE O CASO EM QUESTÃO TRATA DE OBRIGAÇÃO LÍQUIDA, DE MODO QUE OS JUROS DE MORA DEVEM INCIDIR DESDE O INADIMPLENTO. MODIFICAÇÃO, DE OFÍCIO, QUANTO AO ÍNDICE DA CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO IPCA-E. JUÍZO DE RETRATAÇÃO EXERCIDO. MANUTENÇÃO DO ARESTO. REMESSA DOS AUTOS À PRESIDÊNCIA. DECISÃO UNÂNIME.

Negado seguimento ao Recurso Especial (fls. 479/483e), foi interposto o presente Agravo (fls. 493/500e).

Foi apresentada contraminuta (fls. 504/505e).

O recurso não merece acolhida.

Com efeito, é pacífico o entendimento nesta Corte, no sentido de que "no caso de obrigação contratada como positiva e líquida, com vencimento certo, os juros moratórios correm a partir da data do vencimento da dívida" (STJ, EREsp 1.342.873/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, DJe de 18/12/2015).

No mesmo sentido tem decidido esta Corte, em casos idênticos ao presente, consoante os seguintes precedentes:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DATA DO VENCIMENTO DO DÉBITO. SÚMULA 83/STJ. APURAÇÃO DA LIQUIDEZ DA DÍVIDA. SÚMULA 7/STJ.

1. A questão controvertida cinge-se em definir se a natureza da obrigação é líquida ou ilíquida, a fim de que seja fixado o termo inicial dos juros de mora na hipótese dos autos.

2. É líquida a sentença que contém em si todos os elementos que permitem definir a quantidade de bens da vida a serem prestados, dependendo apenas de cálculos aritméticos apurados mediante critérios constantes do próprio título ou de fontes oficiais públicas e objetivamente conhecidas.

3. É consolidada a jurisprudência do STJ de que nas obrigações líquidas, com vencimento certo, os juros de mora e a correção monetária fluem a partir da data do vencimento.

4. Verifica-se que o Tribunal *a quo* decidiu de acordo com a jurisprudência do STJ, de modo que se aplica à espécie o enunciado da Súmula 83/STJ.

5. Ademais, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem a respeito da liquidez da obrigação, tal como colocada a questão nas razões recursais, demanda novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em Recurso Especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

6. Agravo Interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.817.462/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/10/2019).

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. JUROS DE MORA. **OBRIGAÇÃO LÍQUIDA. TERMO INICIAL. DATA DO INADIMPLEMENTO DO DÉBITO. ACÓRDÃO ESTADUAL CONCLUINDO PELA LIQUIDEZ DA OBRIGAÇÃO A PARTIR DAS CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS DOS AUTOS.** AGRAVO INTERNO DO ESTADO DE ALAGOAS A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A questão controvertida cinge-se em definir se a natureza da

obrigação é líquida ou ilíquida, a fim de que seja fixado o termo inicial dos juros de mora na hipótese dos autos.

2. A leitura do acórdão recorrido revela que o entendimento adotado pelo Tribunal de origem se alinha a diretriz desta Corte Superior de que tratando-se de obrigação líquida e com vencimento certo, os juros de mora devem incidir a partir do inadimplemento da obrigação. Precedentes: AgInt no AREsp. 304.851/SP, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 3.5.2017; REsp. 1.758.065/AL, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 27.11.2018; AgInt no AREsp. 1.079.466/RJ, Rel. Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, DJe 6.3.2019; AgInt no AgRg no REsp. 1.153.050/AC, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 4.12.2018.

3. Ademais, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem a respeito da liquidez da obrigação, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em sede de Recurso Especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ. Precedentes: AgRg no AREsp. 229.562/RS, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 27.8.2015; AgRg no REsp. 1.206.435/SP, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 4.11.2014; REsp. 1.695.674/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19.12.2017. 4. Agravo Interno do ESTADO DE ALAGOAS a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 1.492.212/AL, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/08/2019).

In casu, o Tribunal de origem, no tocante ao termo inicial dos juros, decidiu o seguinte:

04. Conforme relatado, o presente processo foi submetido a reapreciação da 1ª Câmara Cível por força de decisão emanada pelo Presidente deste egrégio Tribunal de Justiça para o eventual exercício de juízo retratação, em razão da aparente contradição do julgado com o tema 611 do Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 1.030, inciso II do Código de Processo Civil, *in verbis*:

(...)

06. Conforme restou consignado no Acórdão, os componentes da 1ª Câmara Cível entenderam que os juros de mora, em se tratando o presente caso de obrigação líquida, devem incidir a partir do vencimento da obrigação, nos moldes do art. 397 do Código Civil.

07. A lide gira em torno da fixação de base de cálculo de adicional

de insalubridade, tendo sido a mesma modificada para o subsídio mínimo da categoria a que pertence o servidor público, portanto não há de que questionar a liquidez da obrigação, de modo que o julgado deixa nítido que no caso concreto, a obrigação é líquida, ou seja, determinada quanto ao objeto (fixação de base de cálculo do adicional pelo subsídio mínimo da categoria do servidor) e certa quanto à sua existência (possível a aplicação de adicional de insalubridade ao pleito).

08. Nesse passo, entendo que não há divergência no posicionamento emanado com o tema nº 611 do Superior Tribunal de Justiça, uma vez que este se refere aos casos de obrigação ilíquida devida pela Administração ao servidor público, onde, nesse caso, os juros de mora incidiriam desde a citação, e, no Acórdão, este órgão julgador considerou a obrigação líquida, de modo que caberia ao mesmo determinar a incidência do juros de mora a partir da data em que se deu o vencimento da obrigação" (fls. 457/458e).

Nesse contexto, é de se ter que, para a resolução da controvérsia, no que concerne à liquidez da obrigação, a fim acolher os argumentos da parte recorrente, seria imprescindível reexaminar os fatos da presente causa, o que é insuscetível de ser realizado, na via estreita do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7 ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial") do STJ.

Nessa linha:

"ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENHORA DE BEM. DÍVIDA LÍQUIDA E CERTA. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. CONTROVÉRSIA RESOLVIDA, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DAS PROVAS DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO, NA VIA ESPECIAL. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA, NOS MOLDES LEGAIS E REGIMENTAIS. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. I. Agravo interno aviado contra decisão publicada em 30/10/2017, que, por sua vez, julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73. II. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento, interposto pela parte agravante contra decisão do Juízo de 1º Grau, que, em execução de título extrajudicial, promovida pelo Ministério Público do Estado de

São Paulo em face dos recorrentes, determinou a alienação do bem penhorado. O acórdão do Tribunal de origem negou provimento ao Agravo de Instrumento.

III. Não há falar, na hipótese, em violação ao art. 535 do CPC/73, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, de vez que os votos condutores do acórdão recorrido e do acórdão proferido em sede de Embargos de Declaração apreciaram fundamentadamente, de modo coerente e completo, as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida.

IV. A revisão do entendimento firmado pelo Tribunal *a quo* - no sentido de que a dívida é líquida e certa - demandaria reexame de matéria fática, inviável, em sede de Recurso Especial, sob pena de ofensa ao comando inscrito na Súmula 7 desta Corte. Precedentes do STJ.

V. Para a caracterização da divergência, nos termos do art. 541, parágrafo único, do CPC/73 e do art. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ - no caso, em relação à ocorrência de omissão, no julgado, e à ausência de liquidez do título exequendo -, exige-se, além da transcrição de acórdãos tidos por discordantes, a realização do cotejo analítico do dissídio jurisprudencial invocado, com a necessária demonstração de similitude fática entre o aresto impugnado e os acórdãos paradigmas, assim como a presença de soluções jurídicas diversas para a situação, exigência não atendida, no caso, porquanto não se comprovou a similitude fática entre os casos confrontados.

VI. Ademais, na forma da jurisprudência, "a análise da divergência jurisprudencial fica prejudicada quando a tese sustentada já foi afastada no exame do Recurso Especial pela alínea 'a' do permissivo constitucional" (STJ, AgInt no AREsp 912.838/BA, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 03/03/2017). Nesse sentido: STJ, AgInt no REsp 1.590.388/MG, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 24/03/2017.

VII. Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no AREsp 1.171.901/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 15/05/2018).

"PROCESSUAL CIVIL. LIQUIDEZ DO TÍTULO. SÚMULA 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. DEMONSTRAÇÃO. AUSÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos

interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. A via do especial não presta para rever o entendimento da Corte de origem, no sentido da liquidez do título exequendo, pois essa medida demanda reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que esbarra no óbice estampado na Súmula 7 do STJ.

3. Inviável a apreciação de recurso especial fundado em divergência jurisprudencial (alínea "c" do art. 105, III, da CF) quando o recorrente não demonstra o alegado dissídio, não bastando 'a mera transcrição de ementas ou de excertos do julgado alegadamente dissidente, sem exposição das circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados' (AgRg no AREsp 738599/SP, rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe 23/02/2016).

4. Agravo interno desprovido" (STJ, AgInt no AREsp 869.218/SE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 07/12/2017).

Ante o exposto, em juízo de retratação, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora